



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10, Lote 10 - Bairro Projeto Oria Polo, Brasília/DF, CEP 70200-003
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://antt.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 50500.014284/2019-77

1. OBJETIVO

1.1. Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de remanejamento, desinstalação e reinstalação de estações de trabalho, mesas, painéis cegos, portas de divisórias e módulos de portas, concomitantemente com fornecimento e instalação de painéis e portas de divisórias que sejam compatíveis com as já existentes na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília DF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

DESCRIÇÃO	SERVIÇO	Unidade de medida	Qtd	Vlr unit	Valor total item
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESMONTAGEM	un.	24	52,00	1.248,00
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONTAGEM	un.	25	83,33	2.083,25
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESMONTAGEM	un.	26	61,00	1.586,00
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONTAGEM	un.	28	100,00	2.800,00
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESMONTAGEM	un.	2	68,67	137,34
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONTAGEM	un.	2	105,67	211,34
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESMONTAGEM	un.	48	82,00	3.936,00
ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONTAGEM	un.	50	145,95	7.297,50
MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESMONTAGEM	un.	2	58,08	116,16
MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONTAGEM	un.	2	81,58	163,16
MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESMONTAGEM	un.	10	53,08	530,80
MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONTAGEM	un.	10	71,58	715,80
PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	DESMONTAGEM	m²	580	28,56	16.564,80
PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	MONTAGEM	m²	579	51,66	29.911,14
PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESMONTAGEM	m²	324	35,97	11.654,28
PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONTAGEM	m²	322	62,02	19.970,44
PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESMONTAGEM	m²	202	53,63	10.833,26
PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONTAGEM	m²	204	63,71	12.996,84
PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	UM	16	113,33	1.813,28
PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.	15	66,25	993,75
PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.	15	98,20	1.473,00
MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.	21	79,50	1.669,50
MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.	22	84,50	1.859,00
FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	41	519,41	21.295,81
FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	16	753,24	12.051,84
FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	2	1.152,50	2.305,00
FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	6	2.107,14	12.642,84

FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	2	4.291,67	8.583,34
					187.443,47

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. Só será admitido o fornecimento de produto preservativo de madeira que esteja previamente registrado no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A contratação objeto do presente termo se justifica pela necessidade de a Agência contar com os serviços de uma empresa especializada na desinstalação, instalação, fornecimento e remanejamento de divisórias, suas portas e estações de trabalho para as alterações de layouts, em função de reestruturação organizacional, expansão e criação de áreas para melhor acomodação dos colaboradores e desenvolvimento de atividades específicas.
- 2.2. Os serviços elencados na tabela inserida no item 1.1 desse Termo de Referência devem ser prestados de forma contínua e por mais de um exercício, tendo-se em consideração que a Sede da ANTT em Brasília tem uma população de aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) colaboradores, entre servidores efetivos, comissionados e terceirizados, que necessitam ser acomodados em diversos departamentos (Superintendências, Gerências, Coordenações). As estruturas físicas que acomodam os departamentos passam por constantes alterações de layouts, conforme pode-se notar pela utilização das Atas de Registro de Preços 06/2016, Ata 02/2017, e Contrato administrativo 15/2018. A falta de um contrato continuado que proporcione flexibilidade na utilização do espaço da Sede da Agência, em Brasília, pode ocasionar a distribuição disforme da força de trabalho ali utilizada, prejudicando o funcionamento das atividades finalísticas da ANTT.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de remanejamento, desinstalação e reinstalação de estações de trabalho, mesas, painéis cegos, portas de divisórias e módulos de portas, concomitantemente com fornecimento e instalação de painéis e portas de divisórias que sejam compatíveis com as já existentes na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília
4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. O serviço pretendido nesta contratação será executado pela contratada obedecendo ao disposto na IN 05/2017 SEGES/MPDG e demais normas legais e regulamentares pertinentes.
- 5.1.2. O licitante deverá apresentar os documentos de habilitação, declaração de que os possui ou de que reunirá condições para apresentá-los no momento da assinatura do contrato.
- 5.1.3. Os serviços possuem natureza continuada, pois atendem à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional da Agência.
- 5.1.4. A duração do contrato de prestação de serviço será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93).
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
6. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**
- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **deverá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3410-1089 ou 3410 1011.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 6.4. O licitante deverá emitir declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto e que realizou vistoria no local do evento, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na forma do “Anexo A”.
- 6.5. A vistoria se faz indispensável tendo-se em consideração que o fornecimento e os serviços de desmontagem e montagem das divisórias são para complementação dos materiais já existentes no local a ser executado. Caso a vistoria fosse facultativa poderia acarretar no mal dimensionamento do custo da execução, tendo-se em consideração o material utilizado na ANTT e posterior dificuldade de execução do contrato advindo do certame, como em outros pregões anteriores efetuados sem a exigência ora proposta.
7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. Os serviços de desmontagem, transporte e montagem de estações de trabalho, divisórias e suas portas serão realizados no edifício sede da Contratante em Brasília/DF, localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul-SCES Lote 10, Trecho 03, Projeto Orla, Polo 8 CEP 70200-003, em Brasília/DF.
- 7.1.2. A Contratante autorizará a execução dos serviços por meio de Ordens de Serviços (anexo D), que serão acompanhadas de layout contendo as modificações a serem executadas em cada área.
- 7.1.3. A Contratada deverá realizar minucioso estudo nos locais onde serão executados os serviços, consultando plantas e demais informações necessárias, a fim de que tenha conhecimento das áreas a serem remanejadas, planejando o melhor aproveitamento dos materiais, evitando o desperdício e perdas excessivas de painéis e ferragem.
- 7.1.4. O espaço destinado ao depósito de materiais deverá ser instalado na Sede da Contratante, mediante aprovação desta e sob a responsabilidade da Contratada.
- 7.1.5. A Contratada providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de entulhos nos locais onde os serviços serão realizados.
- 7.1.6. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços solicitados nas Ordens de Serviços, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da Contratante. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, incluindo-se a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- 7.1.7. A montagem e a desmontagem das estações de trabalho, divisória e ou suas portas, incluindo instalação dos componentes, peças e acessórios, deverão ser executadas com ferramental adequado, realizadas por profissionais capacitados e em conformidade com a boa técnica e normas pertinentes, sendo exigido acabamento primoroso.
- 7.1.8. A demanda dos serviços se dará conforme a necessidade da Agência, que a informará por meio de Ordens de Serviços e layout devidamente autorizado.
- 7.1.9. Se houver danos causados pela Contratada durante a montagem, transporte ou desmontagem das estações de trabalho, divisória e/ou suas portas, estes itens serão obrigatoriamente substituídos por outros com as mesmas especificações técnicas daqueles que foram danificados.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada no dia 24 de julho de 2019.
8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**
- 8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada em 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviços por parte da Contratada.
- 8.1.2. O prazo para execução dos serviços não deverá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 8.1.3. Os serviços de remanejamento serão realizados de segunda a sexta-feira, das 8 h às 18 h e, a critério da Contratante, poderão ser executados no período noturno; também a critério da Agência, os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados.
- 8.1.4. O preço dos serviços de desmontagem, transporte e montagem das estações de trabalho deverá ser indicado por estação de trabalho, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 8.1.5. O preço dos serviços de desmontagem, transporte e montagem das divisórias deverá ser indicado por metro quadrado, e o das portas, por valor unitário, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 8.1.6. O prazo de garantia dos serviços executados deverá ser de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.1.7. Caso se constate avaria, defeito ou qualquer dano causado pela desmontagem, transporte e montagem das estações de trabalho e/ou divisórias, a Contratada deverá corrigi-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro prazo que a fiscalização do contrato julgar necessário, a partir da comunicação formal feita pela Contratante, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.
- 8.1.8. Durante a vigência do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito proveniente da incorreta instalação das divisórias, portas e estações de trabalho.
9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
- 9.1. A demanda do órgão gerenciador tem como base a tabela inserida no item 1.1 desse Termo de Referência, que foi fruto de estudo com valores utilizados nas Atas de Registro de Preços 06/2016, firmada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a empresa Delealp Comércio de Divisórias e Mobiliários Ltda e Ata 02/2017 firmada entre a ANTT e a empresa Primeflex Office & Design Corporativos Ltda EPP para a execução de serviços similares nos dois últimos exercícios.
- 9.2. As quantidades de montagens e desmontagens de estações de trabalho e divisórias apresentadas no item 1.1 desse Termo de Referência são estimativas, razão pela qual não poderão ser exigidas nem consideradas como valor para pagamento mínimo ou máximo. Não caberão reclamações por parte da Contratada, nem pedidos de indenização nas hipóteses em que essas quantidades não vierem a ser utilizadas pela Contratante na sua totalidade, durante a vigência do contrato.
10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Identificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.23. Garantir que as embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não sejam reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- 12. DA SUBCONTRAÇÃO**
- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. Verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 14.17.1. O fiscal da Ordem de Execução de Serviços exigirá o cumprimento dos horários de execução dos serviços e determinará formas e procedimentos que não interfiram no andamento dos trabalhos dos diversos setores da Contratante.
- 14.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

- 15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
16. **DO PAGAMENTO**
- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1. o prazo de validade;
- 16.4.2. a data da emissão;
- 16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.4.5. o valor a pagar; e
- 16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I =	(6 / 100)
	365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

- 17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
18. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.12. Será considerada extinta a garantia:
- 18.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
20. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 20.3.1.

Os já especificados nos itens anteriores.
- 20.4.

Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 20.4.1.

Valor Global: R\$ 187.443,47 (cento e oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e três reais quarenta e sete centavos) por ano.
- 20.4.2.

Valores unitários: conforme planilha de composição de preços inserida no subitem 1.1 desse instrumento.
- 20.5.

O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 20.6.

As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
21.

ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 21.1.

O custo estimado da contratação é de R\$ 187.443,47 (cento e oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e três reais quarenta e sete centavos) por ano.
- 21.2.

Tal valor foi obtido a partir de pesquisa executada em consonância com o recomendado pelo art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017.
22.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
- 22.1.

A dotação orçamentária da contratação, é a que está anexada ao processo pela área competente.

ANEXO A - PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ITEM
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESMONTAGEM	un.	24		
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONTAGEM	un.	25		
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESMONTAGEM	un.	26		
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONTAGEM	un.	28		
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESMONTAGEM	un.	2		
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONTAGEM	un.	2		
7	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESMONTAGEM	un.	48		
8	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONTAGEM	un.	50		
9	MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESMONTAGEM	un.	2		
10	MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONTAGEM	un.	2		
11	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESMONTAGEM	un.	10		
12	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONTAGEM	un.	10		
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	DESMONTAGEM	m²	580		
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	MONTAGEM	m²	579		
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESMONTAGEM	m²	324		
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONTAGEM	m²	322		
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESMONTAGEM	m²	202		
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONTAGEM	m²	204		
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	UM	16		
20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.	15		
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.	15		
22	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.	21		
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.	22		
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	41		
25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	16		
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	2		
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	6		
28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	2		
					Total geral	

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Pela presente declaramos conhecer e compreender por inteiro o teor do PREGÃO ELETRÔNICO nº /20 , cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento, instalação, desinstalação, remanejamento de divisórias, suas portas e estações de trabalho fornecendo informações necessárias para subsidiar o respectivo processo. Declaramos ter visitado o local dos serviços a serem executados em companhia do representante da Gerência de Recursos Logísticos.

Declaramos, também que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assumimos total responsabilidade por este fato e que não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Tel: _____

Endereço: _____

Nome do Representante: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

Representante da Empresa

Declaro que o Representante da empresa acima identificada visitou os locais de execução dos serviços.

Brasília, de de 201

Gerência de Recursos Logísticos - GELOG
Agência Nacional de Transportes Terrestres – Contratante

ANEXO C
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS DIVISÓRIAS EXISTENTES

ESPECIFICAÇÃO
<p>PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA</p> <p>Painel cego do piso ao teto com espessura mínima de 85mm, confeccionado em madeira aglomerada prensada com espessura mínima 15 mm com revestimento melamínico BP, bordeadas com PVC, com espessura mínima 1mm, fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (molas e cantoneiras), sem que haja necessidade de grapas (ancoragem por gravidade), garantindo alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto (estabilidade dimensional) além de saque frontal e individual dos painéis. Interior dos painéis com lâ de rocha densidade mínima de 96 Kg/m³. Passagem de fiação para telefonia, lógica e elétrica pelo interior dos painéis e dos caixilhos. Nivelador de painéis cegos (em nylon de alta resistência) que garanta precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa totalmente em alumínio estruturado, (não serão aceitas estruturas mescladas Aço/Alumínio). OBS: não serão aceitos molas, cantoneiras e grapas em aço ou alumínio. Junção entre painéis com 10 mm e isolamento acústico proporcionado através de:</p> <p>Junta acústica externa: embutido em Cloreto de Poli Vinila (PVC) co-estruturado (rígido e flexível) fixada por encaixe aos perfis estruturais, com as bordas flexíveis pressionadas aos painéis adjacentes.</p> <p>Junta acústica interna: dupla em borracha neoprene fixadas por encaixe aos perfis estruturais.</p> <p>Isolamento acústico mínimo de 42dBa, Modulação: 900 mm</p> <p>Espessura mínima da divisória de 85mm e máxima de 89mm (esta espessura se manterá em todos os conjuntos de painéis cego e de vidro) assim como batentes, perfis de ângulos e acabamentos frontais. Os perfis externos ou de acabamento, possuem linhas curvas e simétricas. Estrutura em alumínio estruturado. Passagem de fiação para lógica, telefonia e elétrica pelo interior dos painéis, dos caixilhos e dos batentes. Tolerâncias para absorção de desníveis entre piso e teto de +/- 20mm. Intercambiabilidade de módulos.</p> <p>O produto deve estar em conformidade com a norma ABNT15141: 2004</p>

<p>PAINEL CEGO DO PISO A 900MM COM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ATÉ O TETO</p> <p>Painel cego do piso a 900 mm, confeccionado em madeira aglomerada prensada, espessura mínima 15 mm, com revestimento melamínico BP cor a ser definida, bordeados com PVC, espessura mínima 1mm, interior dos painéis com lâ de rocha densidade mínima de 96 Kg/m³. Painel em vidro duplo, de 900 mm ao teto, sendo vidro cristal incolor (espessura mínima 6mm) ancorados por borracha EPDM, encaixilhados em perfis que formam entre si ângulos de 45º (meia esquadria) sem o uso de baguetes , fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (molas e cantoneiras), sem que haja necessidade de grapas (ancoragem por gravidade), garantindo alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto (estabilidade dimensional) além de saque frontal e individual dos painéis. Persianas em lâminas de alumínio com 16mm de largura, entre vidros acionamento através de comando por botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória visualizando-se somente as régua de7perímetro da persiana. Espessura mínima do conjunto 85mm. Passagem de fiação para telefonia, lógica e elétrica pelo interior dos painéis e dos caixilhos. Nivelador de painéis cegos e vidro (em nylon de alta resistência) que garanta precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa totalmente em alumínio estruturado, (não serão aceitas estruturas mescladas Aço/Alumínio). OBS: não serão aceitas molas, cantoneiras e grapas em aço ou alumínio. Junção entre painéis com 10 mm e isolamento acústico proporcionado através de:</p> <p>Junta acústica externa: Em Cloreto de Poli Vinila (PVC) co-extrudado (rígido e flexível) fixada por encaixe aos perfis estruturais, com as bordas flexíveis pressionadas aos painéis adjacentes.</p> <p>Junta acústica interna: dupla em borracha neoprene fixadas por encaixe aos perfis estruturais.</p> <p>Isolamento acústico mínimo de 42 dBa, Modulação: 1.250 mm. Espessura mínima da divisória de 85mm e máxima de 89mm (para todos os conjuntos de painéis cego e de vidro) assim como batentes, perfis de ângulos e acabamentos frontais. Os perfis externos ou de acabamento, possuem linhas curvas e simétricas. Estrutura em alumínio extrudado. Passagem de fiação para lógica, telefonia e elétrica pelo interior dos painéis, dos caixilhos e dos batentes. Tolerâncias para absorção de desníveis entre piso e teto de +/- 20mm. Intercambiabilidade de módulos. O produto deve estar em conformidade com a norma ABNT15141: 2004</p>
--

<p>PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO</p> <p>Painel em vidro duplo do piso ao teto com espessura mínima de 85 mm, sendo vidro laminado de segurança, incolor, espessura mínima 6mm (3mm+PVB+3mm), ancorados por borracha EPDM, encaixilhados em perfis que formam entre si ângulos de 45º (meia esquadria) sem o uso de baguetes (a receber persianas), fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência (molas e cantoneiras), sem que haja necessidade de grapas (ancoragem por gravidade) garantindo alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto, estabilidade dimensional além de saque frontal e individual dos painéis.</p> <p>Persianas em lâminas de alumínio com 16 mm de largura, entre vidros acionamento através de comando por botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória visualizando-se somente as régua de perímetro da persiana.</p> <p>Nivelador de painéis de vidro (em nylon de alta resistência) que garanta precisão no alinhamento e nivelamento dos painéis em ambas as faces. Estrutura interna e externa totalmente em alumínio extrudado. Junção entre painéis com 10 mm e isolamento acústico proporcionado através de: Junta acústica externa: Em Cloreto de Poli Vinila (PVC) coextrudado (rígido e flexível) fixada por encaixe aos perfis estruturais, com as bordas flexíveis pressionadas aos painéis adjacentes.</p> <p>Junta acústica interna: dupla em borracha neoprene fixadas por encaixe aos perfis estruturais.</p> <p>Isolamento acústico mínimo de 44 dBa, Modulação:1250 mm</p> <p>Espessura mínima da divisória de 85mm e máxima de 89 mm(esta espessura se manterá em todos os conjuntos de painéis cegos e de vidro) assim como batentes, perfis de ângulos e acabamentos frontais. Os perfis externos ou de acabamento possuem linhas curvas e simétricas. Estrutura em alumínio extrudado. Passagem de fiação para lógica, telefonia e elétrica pelo interior dos painéis, dos caixilhos e dos batentes. Tolerâncias para absorção de desníveis entre piso e teto de +/- 20mm. Intercambiabilidade de módulos. O produto deve estar em conformidade com a norma ABNT15141: 2004</p>

<p>PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO COM DIMENSÃO DE 800mm x 2400mm</p> <p>Porta com folha única do piso ao teto, confeccionada em madeira aglomerada maciça (sem requadro e preenchimento com lâ de rocha/vidro), espessura mínima de 38 mm, bordeadas em PVC rígido em todo o seu perímetro (espessura mínima de 2mm) revestida com laminado melamínico BP cor a ser definida. Batentes totalmente em liga de alumínio extrudado com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo8perímetroem PVC rígido de encaixe sob pressão. Dobradiças em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos 8perímetroem aço inoxidável sem perfuração no batente e que permita a regulação da folha de porta e alteração de lado de abertura no próprio batente, sem troca de componentes. Fechaduras 515 AEE ou similar, Modulação: 900 mm.</p>
<p>MÓDULO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO COM VIDRO DUPLO, ENCAIXILHADOS EM PERFIS DE ALUMÍNIO DE 110mm COM DIMENSÃO DE 800mm x 2400mm</p> <p>Módulo de porta com folha única do piso ao teto, em vidro duplo laminado de segurança com espessura mínima de 6mm, espessura mínima da porta de 40mm encaixilhados em perfis de alumínio de 110mm de largura. Dobradiças em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos 8perímetroem aço inoxidável de ponta cônica sem perfuração no batente e que permita a regulação da folha de porta (sem necessidade de corte) no próprio batente. Fechaduras 515 AEE</p> <p>Batentes totalmente em liga de 8perímetroextrudado com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo o 8perímetroem PVC rígido de encaixe sob pressão.</p> <p>Persianas entre vidros acionados por comando tipo botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da porta, visualizando-se somente as régua de alumínio, Modulação: 900 mm.</p>

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇOS

ORDEM DE SERVIÇOS DECORRENTE DO CONTRATO N°/20....

	IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO		
Nº OS:	Unidade requisitante:		
Data de emissão: / /	Serviço:		

	IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA				
Razão social:		CNPJ:			
Endereço:					
Telefone:		E-mail			

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	SERVIÇO		UNID. MED.	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESMONTAGEM	un.			
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONTAGEM	un.			
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESMONTAGEM	un.			
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONTAGEM	un.			
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESMONTAGEM	un.			
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONTAGEM	un.			
7	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESMONTAGEM	un.			
8	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONTAGEM	un.			
9	MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESMONTAGEM	un.			
10	MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONTAGEM	un.			
11	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESMONTAGEM	un.			
12	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONTAGEM	un.			
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	DESMONTAGEM	un.			
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	MONTAGEM	m²			
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESMONTAGEM	m²			
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONTAGEM	m²			
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESMONTAGEM	m²			
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONTAGEM	m²			
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	m²			
20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.			
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.			
22	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	un.			
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONTAGEM	un.			
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²			
25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²			
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²			
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.			

28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.			
TOTAL DA ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO			R\$			

Autorização Autorizo a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Serviço, que tem por base as obrigações e responsabilidades do contrato nº _____ de 20 _____. Data: ____ / ____ /20 ____ _____ Representante da ANTT	Termo de Concordância da Contratada Concordo com as condições registradas nesta Ordem de Serviço para execução dos serviços solicitados. Data: ____ / ____ /20 ____ _____ Representante da contratada
---	---

anexo e

ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO
A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de fornecimento, instalação, desinstalação, remanejamento de divisórias, suas portas e estações de trabalho fornecendo informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A contratação objeto do presente Termo de Referências se justifica pela necessidade de a Agência contar com os serviços de uma empresa especializada no fornecimento, instalação, desinstalação e remanejamento de divisórias, suas portas e estações de trabalho, para as alterações de layouts, em função de reestruturação organizacional, expansão e criação de áreas para melhor acomodação dos colaboradores e desenvolvimento de atividades específicas, em substituição ao contrato administrativo 15/2018, firmado com a empresa Delealpy Industria e Fabricação de Móveis Ltda, que terá sua vigência encerrada em 23/07/2019 e não será renovado.

3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT
Os valores referentes à contratação em análise foram inseridos na Pré-Proposta orçamentária da ANTT para os exercícios de 2019.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
O serviço pretendido nesta contratação será executado pela contratada obedecendo ao disposto na IN 05/2017 SEGES/MPDG e demais normas legais e regulamentares pertinentes. O licitante deverá apresentar os documentos de habilitação, declaração de que os possui ou de que reunirá condições para apresentá-los no momento da assinatura do contrato. Os serviços possuem natureza continuada, pois atendem à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional da Agência. A duração do contrato de prestação de serviço será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93).

5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES
Fez-se estudo com valores utilizados: na Ata de Registro de Preços 06/2016, firmada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a empresa Delealp Comércio de Divisórias e Mobiliários Ltda; estudo com valores utilizados na Ata 02/2017, firmada com a empresa Primeflex Office & Design Corporativos Ltda EPP; e estudo com valores utilizados do Contrato Administrativo 15/2018, firmado com a empresa Delealpy Industria e Fabricação de Móveis Ltda. Posteriormente fez-se a média entre os valores utilizados nesses três exercícios. Partindo dessa média acrescentou-se trinta por cento no quantitativo projetado para abarcar novas necessidades que se apresentem, tendo-se em vista a sazonalidade de utilização e sua imprevisibilidade durante os possíveis 60 meses de vigência do Contrato. Como não houve montagem nem desmontagem de estações de trabalho para 4 lugares em U e de mesas gabinete, não houve fornecimento de painel em vidro do piso ao teto e fornecimento de módulo porta c/ folha do piso ao teto c/ vidro duplo 800mmx2400mm, foi fixada a quantidade de 2 unidades para cada um desses itens, como forma de precificar tais serviços, caso venham a ser solicitados nos próximos exercícios. A seguir tabela com os quantitativos por item a serem licitados e posteriormente contratados.

ITEM	Descrição	Serviço/ fornecimento	und	QTD
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESM.	un.	29
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONT.	un.	30
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESM.	un.	32
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONT.	un.	34
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESM.	un.	2
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONT.	un.	2
7	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESM.	un.	58
8	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONT.	un.	60
9	MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESM.	un.	2
10	MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONT.	un.	2
11	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESM.	un.	13
12	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONT.	un.	12
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÁ DE ROCHA	DESM.	m²	669
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÁ DE ROCHA	MONT.	m²	669
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÁ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESM.	m²	387
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÁ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONT.	m²	384
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESM.	m²	241
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONT.	m²	244
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	un	20
20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESM.	un.	18
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONT.	un.	18
22	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESM.	un.	26
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONT.	un.	27
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÁ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	50
25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÁ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	20
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	2
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	8
28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	2

5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	Descrição	SERVIÇO	UNID	2016	2017	2018	MÉDIA	acréscimo 30 %	Arredondamento
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESM.	un.	25	29	12	22	29	29
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONT.	un.	23	24	23	23	30	30
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESM.	un.	20	31	23	25	32	32
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONT.	un.	19	29	30	26	34	34
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESM.	un.	0	0	0	0	0	2
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONT.	un.	0	0	0	0	0	2
7	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESM.	un.	36	51	46	44	58	58
8	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONT.	un.	34	55	49	46	60	60
9	MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESM.	un.	1	0	0	0	0	2
10	MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONT.	un.	1	0	0	0	0	2
11	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESM.	un.	12	18	0	10	13	13
12	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONT.	un.	11	17	0	9	12	12
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	DESM.	m²	655	533	355	514	669	669
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	MONT.	m²	664	448	431	514	669	669
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESM.	m²	265	305	322	297	386	387
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONT.	m²	261	307	318	295	384	384
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESM.	m²	328	46	181	185	241	241
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONT.	m²	328	68	167	188	244	244
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	un	0	0	0	0	0	20
20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESM.	un.	19	0	22	14	18	18
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONT.	un.	19	0	22	14	18	18
22	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESM.	un.	26	28	6	20	26	26
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONT.	un.	27	29	6	21	27	27
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	0	0	116	38,66	50	50

25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	0	0	45	15	19,5	20
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	0	0	0	0	0	2
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	0	0	18	6	7,8	8
28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	0	0	0	0	0	2

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR						
<p>Durante a execução do contrato administrativo 15/2018 a equipe de fiscalização percebeu a necessidade de se incluir o fornecimento de alguns itens como forma de dar maior celeridade na execução dos serviços, como os que seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fornecimento de painel cego do piso ao teto com lâ de rocha; - fornecimento de painel cego do piso a 900mm lâ de rocha/painel em vidro de 900mm ao teto; - fornecimento de painel em vidro do piso ao teto; - fornecimento de porta com folha do piso ao teto 800mmx2400mm; - fornecimento de módulo porta c/ folha do piso ao teto c/ vidro duplo 800mmx2400mm. <p>Pesquisou-se no mercado soluções para atendimento das demandas em análise, encontrando contratos como os firmados entre: o Tribunal Superior Eleitoral TST e a empresa Divihouse Comércio e Serviços Ltda; Embratur e a empresa Delealpy Indústria e Comércio de Divisória e Mobiliários Ltda; e Ministério das Relações Exteriores que contratou Multiplena Comércio e Serviços Ltda; que são contratos que integram os serviços de montagem e desmontagem de divisórias com o fornecimento e instalação de portas, divisórias ou placas que ocasionalmente podem ser necessários.</p>						

7 –PREÇOS REFERENCIAIS

item	Descrição	TIPO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L "	DESM.	un.	29	52,00	1.508,00
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L "	MONT.	un.	30	83,33	2.499,90
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESM.	un.	32	61,00	1.952,00
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONT.	un.	34	100,00	3.400,00
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	DESM.	un.	2	68,67	137,34
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "U"	MONT.	un.	2	105,67	211,34
7	ESTAÇÃO DE TRAB. PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESM.	un.	58	82,00	4.756,00
8	ESTAÇÃO DE TRAB. PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONT.	un.	60	145,95	8.757,00
9	MESA GABINETE 240 x 160 cm	DESM.	un.	2	58,08	116,16
10	MESA GABINETE 240 x 160 cm	MONT.	un.	2	81,58	163,16
11	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	DESM.	un.	13	53,08	690,04
12	MESA PENÍNSULA 160x180 cm	MONT.	un.	12	71,58	858,96
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	DESM.	m²	669	28,56	19.106,64
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	MONT.	m²	669	51,66	34.560,54
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	DESM.	m²	387	35,97	13.920,39
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	MONT.	m²	384	62,02	23.815,68
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESM.	m²	241	53,63	12.924,83
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONT.	m²	244	63,71	15.545,24
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	Corte do vidro do painel	un	20	113,33	2.266,60

20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESM.	un.	18	66,25	1.192,50
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONT.	un.	18	98,20	1.767,60
22	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESM.	un.	26	79,50	2.067,00
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONT.	un.	27	84,50	2.281,50
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÂ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	50	519,41	25.970,50
25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÂ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM ao TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	20	753,24	15.064,80
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	2	1.152,50	2.305,00
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	8	2.107,14	16.857,12
28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	2	4.291,67	8.583,34
					total geral	R\$ 223.279,18

OBS. Os valores foram provenientes de pesquisa no Pannel de Preços.

8 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO
Trata-se da contratação de empresa que tenha capacidade de atender ao fornecimento e instalação de divisórias concomitantemente com a execução dos serviços de remanejamento, desinstalação e reinstalação de estações de trabalho, mesas, painéis cegos portas de divisórias e módulos de portas.

9– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
<p>Com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8666/93 estabeleceu em seu artigo 23, §1º[1], a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares.” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:</p> <p>“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.”</p> <p>Nesse diapasão, conclui-se que o parcelamento da contratação em referência não se justifica por não haver viabilidade técnica, uma vez que sua finalidade é executar a desinstalação, instalação e remanejamento de divisórias, portas e estações de trabalho, para as alterações de layouts em função de reestruturação organizacional, expansão e criação de áreas para melhor acomodação de colaboradores, atividades essas que englobam a utilização de vários itens elencados no Edital de forma conjunta como, por exemplo, a transferência de uma Unidade organizacional de um bloco ou andar para outro em que se necessita de instalação e desinstalação de divisórias, instalação e desinstalação de mesas, desinstalação e instalação de portas, instalação e desinstalação de painel em vidro, o que inviabilizaria a execução dos serviços por diversos fornecedores que deveriam trabalhar de forma integrada.</p> <p>O fracionamento resultaria, portanto, na necessidade de administração de diversos contratos com diversas empresas diferentes, o que acabaria por trazer maiores custos ao serviço público. A contratação em um único lote justifica-se, também, pela economia de escala e pela econômica em procedimentos para administração e fiscalização de um único contrato em detrimento de diversos contratos com diversas empresas que deveriam atuar simultaneamente em cada execução.</p>

10– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS
O resultado pretendido é prover a ANTT de solução de fornecimento, instalação, remanejamento, montagem e desmontagem de divisórias e estações de trabalho de forma integrada para possibilitar maior celeridade nas mudanças de layout na Sede da Agência em Brasília.

11 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO
Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão.

12– CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

13– DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
A contratação de empresa especializada em fornecimento, instalação, desinstalação e remanejamento de divisórias, suas portas e estações de trabalho se mostrou necessária para atender demandas pontuais de alterações de layout das unidades organizacionais em função de reestruturação organizacional, expansão e criação de áreas para melhor acomodação dos colaboradores e desenvolvimento de atividades específicas. Há meios de se estimar o valor de cada item que terá o preço fixado em contrato, por meio de pesquisa executada em conformidade com o art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017, resultando em valores similares aos praticados por outros entes públicos.
Declaramos, portanto, que a contratação em referência é viável tecnicamente.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 31/05/2019, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO, Gerente**, em 31/05/2019, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anitt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0433216** e o código CRC **471DDFDD**.